



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 240 -----

----- Aos trinta dias do mês de Junho do ano dois mil e seis, pelas dezasseis horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, com a seguinte ordem do dia:-----

----- Ponto um: Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA);-----

----- Ponto dois: Apresentação, discussão e votação da proposta de lançamento da Derrama referente ao ano 2006, de acordo com o estabelecido na alínea f) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA;-----

----- Ponto três: Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2007, de acordo com o estabelecido na alínea f) do n.º 2 do art.º 3 do RAMA;-----

----- Ponto quatro: Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal, de emissão de declaração de reconhecimento de interesse público municipal da obra "EN235 - EN1/Ponte de Canha", de acordo com o pedido formulado por Estradas de Portugal, E.P.E., em cumprimento do disposto na alínea a) do ponto 1 e ponto 3 das normas sobre os processos de Declaração de Interesse Público, ao abrigo do estabelecido no Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro.-----

----- Não compareceram à sessão os Senhores Deputados Municipais António Ferreira, Daniel Meira e António Cavadas.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão colocando à discussão a Acta n.º 238, previamente distribuída a todos os Deputados Municipais. Para este efeito intervieram os Senhores Deputados Municipais Álvaro Pereira e António Silva propondo ligeiras alterações. Seguidamente foi a acta colocada à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e cinco abstenções.-----

----- De imediato foi colocada à discussão a Acta n.º 239, previamente distribuída a todos os Deputados Municipais, não tendo havido quaisquer propostas de alteração, pelo que de imediato se passou à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor.-----

----- Na abertura do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia, Senhor José Manuel Ribeiro, felicitou a Câmara Municipal pela excelente obra de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho, que evidencia uma significativa melhoria das condições de trabalho para os funcionários da autarquia, ao serviço dos munícipes, tendo destacado as instalações atribuídas à Assembleia Municipal, designadamente o Salão Nobre, local onde decorrerão as sessões deste órgão autárquico.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal que questionou o executivo camarário sobre o andamento do processo de revisão do PDM, pois tem conhecimento que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro tem recusado várias propostas da Câmara Municipal, com o argumento de que as desanexações às zonas protegidas ferem gravemente o disposto no plano de ordenamento do território e que, segundo notícias da comunicação social e da Quercus, algumas das desanexações são inaceitáveis e indiciam a facilitação de especulação imobiliária.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado Fernando Morais da Silva que começou por realçar a importância do SAP (Serviço de Atendimento Permanente) de Sangalhos e o enorme interesse para as populações em se manter aberto e em funcionamento. Manifestou ainda discordância pelo facto do PS de Anadia ter politizado esta questão, uma vez que, segundo o veiculado pela comunicação social local, reuniu com o Coordenador da Sub-Região de Saúde de Aveiro, acabando assim por desvalorizar o consenso dos vários partidos alcançado nesta Assembleia. Prosseguiu a sua intervenção apresentando uma Moção contra o eventual encerramento do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) de Sangalhos - que a Mesa distribuiu imediatamente por todos os Senhores Deputados e está anexa a esta acta - tendo também manifestado a insatisfação da bancada do PSD pela resposta dada pelo Governo ao requerimento apresentado pelo Deputado à Assembleia da República, Senhor José Manuel Ribeiro, sobre este assunto, que considerou vaga e inconclusiva, o que vem acentuar na sua opinião o alarmismo já instalado, decorrente das constantes notícias vindas a público que asseguram o encerramento, pondo em causa o interesse de cerca de dez mil habitantes que são abrangidos por esse Serviço de Atendimento Permanente. Terminou apelando ao executivo camarário para que desenvolvesse todos os esforços no sentido de manter aberto este fundamental serviço de saúde.-----

----- Seguidamente interveio o Senhor Deputado Armando Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, que elogiou e agradeceu a obra realizada no Edifício dos Paços do Concelho.-----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Orlando Silveira que começou por referir a sua preocupação com o eventual encerramento do SAP de Sangalhos, independentemente da cor política de quem governa o país. Adiantou ainda que fez parte da delegação de autarcas de Anadia eleitos nas listas do PS que reuniu com o Coordenador da Sub-Região de Saúde de Aveiro e que as explicações dadas por este responsável não satisfizeram os presentes nessa reunião, pois não foram dadas quaisquer garantias no sentido do SAP se manter a funcionar, pelo que mantém a mesma preocupação. Mencionou que o referido coordenador disse que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia seriam posteriormente informadas da decisão, pelo que questionou o executivo se tal já tinha sucedido. Referiu ainda que os socialistas estão sempre receptivos a receber informações do Governo, neste caso para melhorar Sangalhos, população cujos interesse pretendem acautelar.



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por fim, defendeu que a Câmara Municipal deve intervir no sentido de acautelar os interesses das populações das várias freguesias servidas por aquele serviço de saúde.-----

----- De imediato interveio o Senhor Deputado João Morais que questionou o executivo relativamente à carta educativa do concelho, nomeadamente em que data estará pronta. Continuou, falando da segurança na EN1/IC2, questionando o motivo por a referida estrada ter sido alvo de marcações até aos semáforos da Malaposta. Finalmente apresentou um problema relacionado com fossas junto à Pastelaria Cravo em Avelãs de Caminho, perguntando se estava prevista alguma intervenção no sentido de resolver a situação.-----

----- Após estas intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia referiu que lhe tinha sido solicitada a palavra pelo Senhor Vereador Rui Marinha para prestar esclarecimentos, uma vez que se considerava visado pela intervenção do Senhor Deputado Fernando Morais da Silva, pedido que a Mesa entendeu não deferir em virtude de entender não estarem reunidas as condições regimentais e legais para que o Senhor Vereador pudesse intervir.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que iniciou a sua intervenção respondendo ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, no que concerne ao processo de revisão do PDM, esclarecendo que a última reunião da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional correu bem e que já foram aceites centenas de exclusões propostas pela Câmara Municipal. Considerou que as vozes que falam de especulação imobiliária "se deviam calar", acrescentou ainda que, todo o embaraço vivido aconteceu porque a discussão do PDM de Anadia extravasou o seio das instituições que devem fazê-lo, aparecendo instituições privadas que tentaram complicar a situação, explicando que actualmente é diferente pois, apesar de alguns embaraços que faltam ultrapassar, o processo está a seguir os trâmites normais e dentro em breve será tornado público.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal prosseguiu a sua intervenção abordando a questão do eventual encerramento do SAP de Sangalhos, assunto tratado nas intervenções dos Senhores Deputados Fernando Morais da Silva e Orlando Silveira, referindo que o Governo continua sem dar qualquer resposta concreta. No seu entender esta situação é bastante preocupante, assegurando que está incondicionalmente ao lado da população de Sangalhos contra esta possível decisão governamental. Adiantou ainda que se o Governo nesta matéria proceder como fez com a questão das escolas do primeiro ciclo no Concelho de Anadia - que iam fechar algumas dezenas e afinal foram umas poucas - então o SAP não será encerrado. Salientou também a sua estranheza por tal poder acontecer pois as instalações são novas, inauguradas no tempo de um Governo socialista. Dirigindo-se directamente ao Senhor Deputado Orlando Silveira, disse que este Senhor Deputado deveria estar sempre ao lado da população que o elegeu e não ao lado do Governo.-----

----- Reportando-se à intervenção do Senhor Deputado Armando Pereira, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu os elogios e disse que a obra era de todos. Respondendo ao Senhor Deputado João Morais, referiu que pelo conhecimento que tem só existem três cartas educativas



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aprovadas no país. No que se refere à segurança na EN1/IC2 disse que a responsabilidade das marcações são da inteira responsabilidade das Estradas de Portugal, E.P.E.-----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, que referiu que depois de na última sessão da Assembleia Municipal ter ficado satisfeito com as palavras de esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara, o qual mencionou que a Escola Primária de Avelãs de Caminho não iria encerrar por se tratar de uma escola com boas condições, com um número médio de cem alunos e dado que não tinha quaisquer informações do Governo até à data, a verdade é que prevalece o "síndrome" do encerramento, uma vez que alguns dias depois, num jornal local, numa entrevista dada pelo Senhor Prof. Luís Santos, este afirmou que realmente as escolas do Concelho no futuro iriam encerrar e que seriam construídos dois pólos – Anadia e Vilarinho do Bairro – conforme normativas do Governo. Continuou referindo que mantendo-se a dúvida quanto ao encerramento e porque quer informar correctamente os munícipes da sua freguesia e outros que o procuram em virtude dos filhos frequentarem a Escola Primária de Avelãs de Caminho, solicitou ao Senhor Prof. Luís Santos como representante do Ministério da Educação para a rede escolar do Concelho de Anadia, que o esclarecesse definitivamente se o encerramento será ou não uma realidade num futuro próximo.-----

----- De imediato o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, que abordou a questão da carta educativa do concelho dizendo que a mesma preconiza o encerramento "de todas as escolas primárias" e defende a existência de cinco pólos, proposta efectuada pela Câmara Municipal, mas que o actual Ministério da Educação só aceita dois pólos. Por fim, demonstrou o seu apoio à Moção apresentada contra o encerramento do SAP de Sangalhos, na defesa dos interesses das populações abrangidas por aquele importante serviço de saúde.-----

----- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, em forma de interpelação à mesa, solicitando ao Presidente da Assembleia Municipal a suspensão dos trabalhos por alguns minutos, antes da votação da referida Moção, permitindo ao seu Grupo Municipal se debruçar com mais atenção sobre a mesma e poder definir em consciência um sentido de voto, solicitação a que o Senhor Presidente da Assembleia respondeu favoravelmente, não tendo havido oposição de qualquer Grupo Municipal.-----

----- De seguida, foi dada novamente a palavra ao Senhor Deputado Orlando Silveira, que aludindo à questão do SAP de Sangalhos, disse que ele próprio e o Grupo Municipal do PS estavam completamente ao lado dos sangalhenses e qualquer leitura que não fosse nesse sentido não corresponderia à verdade.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, para uma segunda intervenção, que reportando-se ao processo de revisão do PDM, se demonstrou insatisfeito pelas respostas concedidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, informando que o Grupo Municipal do PS apresentaria de imediato um requerimento dirigido ao executivo camarário – que se encontra junto à acta - nos termos regimentais



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solicitando cópia do documento proposto pela Câmara Municipal em sede de revisão do PDM, onde se encontrem descritas desanexações propostas.-----

----- De imediato foi dada a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Aidos, Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, que referiu o seu apoio à Moção apresentada pelo Senhor Deputado Fernando Morais da Silva e manifestou a sua preocupação relativamente à questão da educação em Sangalhos, uma vez que a Junta de Freguesia ainda não sabe quais as escolas que vão fechar no próximo ano lectivo, nem as medidas alternativas que estão a ser tomadas.-----

----- De seguida, interveio o Senhor Deputado José Maria Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Mogofores, que se demonstrou preocupado com as descargas que têm sido efectuadas no lugar do Outeiro, bem como com o problema que as pocilgas têm causado na Freguesia.-----

----- Foi dada novamente a palavra ao Senhor Deputado João Morais que se demonstrou contra o encerramento do SAP de Sangalhos, expressando-se ao lado das populações e referindo o seu apoio à Moção apresentada, pelo que votaria favoravelmente a mesma.-----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho que, começou por referir que sobre a questão do SAP de Sangalhos as indicações fornecidas pelo Governo são de que todos os serviços que existem nesses moldes deverão vir a encerrar, mas não se sabe quando. Dirigindo-se posteriormente ao Senhor Deputado Luís Santos questionou-o para esclarecer em que figura o Senhor Deputado afirmava ser representante do Ministério da Educação pois, segundo sabe é a Dra. Helena Libório a representante do Ministério da Educação no Distrito de Aveiro.-----

----- Exercendo o Direito de Resposta, o Senhor Deputado Luís Santos esclareceu ser representante do Ministério da Educação por delegação do Senhor Director Regional de Educação do Centro para a rede escolar do ano lectivo de 2006/2007 e para a Carta Educativa do Concelho de Anadia, facto que tinha referido na altura e que constará, por certo, em acta desta Assembleia.-----

----- Para dar esclarecimentos o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que assegurou ao Senhor Deputado José Maria Ribeiro que os problemas que mencionou seriam resolvidos quando o emissário junto ao Rio Cértima estiver pronto.-----

----- Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Silva que começou por elogiar o Presidente da Assembleia Municipal pela distribuição da compilação de legislação, elogiando igualmente o executivo pelas obras de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho, nomeadamente as novas condições do auditório onde se reúne a Assembleia Municipal. Aproveitou para lamentar a posição manifestada pelo Senhor Deputado José Carlos Coelho, a quem posteriormente foi dada a palavra para exercer direito de resposta. Novamente para o exercício do direito de resposta voltaram a usar da palavra o Senhor Deputado António Silva e o Senhor Deputado José Carlos Coelho.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de intervenções e antes de passar à votação da Moção contra o encerramento do SAP de Sangalhos, suspendeu a sessão por cinco minutos. -----

----- Reiniciada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia informou que a moção apresentada pelo Senhor Deputado Fernando Morais da Silva foi subscrita por todos os Deputados Municipais do PSD bem como pelo Senhor Deputado João Morais da CDU e, tendo sido posta à votação, foi aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor e uma abstenção, da Senhora Deputada Áurea Mendes, que efectuou a seguinte declaração de voto oral: "Abstive-me porque sou funcionária do Ministério da Saúde. Estou com a população e esta é uma situação, para mim, muito complicada porque não sou dirigente sindical e, portanto, no fundo, sou prejudicada com o desaparecimento dos SAP's, mas não posso tomar outra atitude se não esta que tomei".-----

----- Terminado o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem do dia, indicando o primeiro ponto da ordem do dia: apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1 do artigo 3.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a introdução do mesmo.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que o documento explicita de forma exhaustiva a actividade da Câmara Municipal de Anadia neste período e que, à semelhança de outros documentos, nem tudo em pormenor estará mencionado, todavia, o que se pretende com documento é demonstrar que a Câmara Municipal de Anadia continua activa, a ter uma acção em termos de construção, apesar da situação das Câmaras estar a complicar-se. Enquanto isso não acontecer, informou que a Câmara continuará a tentar dar resposta às solicitações dos seus munícipes e às obras que tinha em projecto. Considera que o documento reflecte isso mesmo e demonstrou-se disponível para prestar os esclarecimentos necessários.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, que começou por fazer um comentário sobre uma das obras incluídas no documento apresentado, concretamente sobre a remodelação dos Paços do Concelho. Constatou ter ouvido vários elogios à obra, mas referiu que a posição do Grupo Municipal do PS não é tão elogiosa. Especificando, reconheceu que não estaria tudo mal feito e que, em sua opinião, até pensa existirem coisas positivas, como o atendimento ao público e a melhor funcionalidade dos serviços. No entanto, condenou a existência de certas alterações, em particular na entrada do edifício, as suas portas de vidro e as escadas que o descaracterizam e que roubam nobreza ao próprio edifício e à praça central da Cidade. Continuou referindo que é mais um exemplo de uma falsa modernização que destrói as memórias e faz tábua rasa da história do Concelho. Na perspectiva do Grupo Municipal do PS, a modernização não é aquela que destrói o que é antigo mas, pelo contrário, é aquela que sabe conciliar com a tradição, não é aquela que destrói mas que valoriza e preserva. Referiu, ainda,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que sendo Anadia, infelizmente, um Concelho pobre de monumentos, nem assim a Câmara foi capaz de preservar aquilo que existe, pelo que lamentam que o Senhor Presidente da Câmara não tenha tido a preocupação de preservar alguma coisa, como por exemplo a fachada, que era como que a identidade, a alma da própria praça central.-----

----- De seguida, O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, que iniciou a sua intervenção tecendo algumas considerações sobre o que ouviram e sobre o edifício que presentemente alberga a Assembleia. Reconhecendo a existência de opiniões e gostos divergentes e aceitando a opinião diferente do PS, do ponto de vista da discussão de ideias, chamou a atenção do Grupo do PS para algumas questões que lhe parecem pertinentes. Uma primeira questão prende-se com o facto do projecto ter sido apresentado e aprovado, por unanimidade, em reunião do Executivo Camarário, de 8 de Setembro 2004, por isso com os votos favoráveis dos vereadores do PSD e do PS, pelo que, se alguma coisa havia em relação a este edifício para dirimir, chamar a atenção ou alterar, seria esse o momento certo para o fazer. Continuando, lembrou que ao longo de todo o mandato anterior foram os membros do PS useiros e vezeiros em tentar afirmar, nomeadamente na comunicação social, que o Executivo camarário (do PSD) só usava obras que tinham sido ideia do PS, portanto, perguntou se esta obra de remodelação não será uma das que o PS pretendia. Para terminar, referiu ser a “destempo”, no entender do Grupo Municipal do PSD, a intervenção do Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, tendo em conta que a obra está concluída e agora não há forma de alterar o que está feito, rematando que se o Grupo Municipal do PS entende que está mal o que se executou, fizeram um péssimo trabalho de acompanhamento da obra e estão, neste momento, pura e simplesmente a procurar aproveitamento político de um facto consumado, com o qual, colaboraram favoravelmente e do qual “querem sair pela porta dos fundos”.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Luís Santos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho que questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao acompanhamento do programa de generalização do ensino de inglês nas escolas EB1 da rede pública e ao decurso do seu funcionamento. Relativamente ao fornecimento de refeições nas escolas, o Senhor Deputado perguntou qual o procedimento a adoptar pela Autarquia para o efeito e qual a possibilidade das IPSS poder colaborar com a Câmara Municipal. Terminando, solicitou esclarecimentos relativamente à actividade prática da agenda turística do concelho de Anadia e à realização dos roteiros turísticos para a região centro.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado José Carlos Coelho, o Senhor Presidente da Assembleia deu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários. Em resposta ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, o Senhor Presidente da Câmara, reconhecendo que a sensibilidade varia de pessoa para pessoa, referiu que considera extemporânea a crítica feita pelo Senhor Deputado, tendo em conta que o projecto de remodelação do edifício foi aprovado, por unanimidade, em reunião de Câmara. Acrescentou que sente muito orgulho pela obra, considerando-se auto-responsável, juntamente



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com os técnicos que elaboraram o projecto e acompanharam a mesma, tendo recebido dos munícipes reacções positivas, relativamente ao atendimento ao público e ao edifício em geral. Concluiu, informando que não houve qualquer tipo de apoio do Poder Central, pelo que serão as Junta de Freguesia as sacrificadas. Respondendo ao Senhor Deputado José Carlos Coelho, o Senhor Presidente da Câmara informou que o inglês foi uma tarefa entregue às Câmaras pelo Governo, tendo a de Anadia aceite o desafio, permitindo, assim, o ensino do inglês a todos os terceiros e quartos anos das escolas do primeiro ciclo da rede pública, estando preparada para dar continuidade ao projecto. Relativamente ao fornecimento de refeições, informou que a Câmara alertou o Governo, através da Direcção Regional, para a dificuldade que havia em viabilizar este projecto. Referiu, no entanto, que a Câmara Municipal estará disponível em viabilizar o mesmo, através da edificação de novas cantinas, através de *catering* ou, inclusivamente, com a celebração de acordos com as instituições de solidariedade social que estejam no terreno. Quanto à agenda turística, referiu que a Câmara aguarda a elaboração de legislação específica por parte do Governo e relativamente aos roteiros, confirmou a sua existência e assegurou a sua continuidade para o próximo ano, com novidades.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, que questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao funcionamento da ETAR de Mogofores, na sequência do descontentamento que lhe foi transmitido pelos moradores do Edifício das Lages, na Malaposta.-----

----- Seguidamente foi novamente dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, que referiu não estar em desacordo com o funcionamento dos serviços do novo edifício, mas simplesmente com a descaracterização da entrada do mesmo, o qual considera um edifício nobre.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou, então, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual referiu não ter muitos mais comentários a tecer. Reforçou a sua intervenção anterior, dizendo que o edifício se mantém, não foi demolido mas simplesmente requalificado, com materiais modernos, com visual diferente porque se impunha essencialmente a funcionalidade dos serviços, ainda que reconheça que noutros sítios possa ser diferente. Para terminar, referiu que assumem a responsabilidade do que fizeram.-----

----- Não havendo lugar a mais intervenções neste primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu o mesmo por encerrado, dando início do segundo ponto da ordem do dia: apresentação, discussão e votação da proposta de lançamento da Derrama referente ao ano de 2006, de acordo com o estabelecido na alínea f), do n.º 2 do artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA).-----

----- De imediato, foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por referir que a proposta do Executivo é para que se mantenha o valor da Derrama, numa altura em que se verifica que o Governo sobe constantemente os impostos e cria sérios problemas à população. Explicou que a intenção é de manter os dez por cento da derrama, os quais serão aplicados num problema que foi alvo de discussão no ponto anterior, o saneamento.



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuando, referiu ser satisfatório para aqueles que pagam a derrama, que já são poucos, verem o seu dinheiro aplicado num bem necessário, porque, como explicou, o saneamento vai avançando mesmo sem o apoio do Estado e com os fundos comunitários esgotados. O Senhor Presidente da Câmara informou, também, que tem sido o orçamento do Município a suportar todas as obras referentes ao saneamento, uma vez que o Poder Central se esquece que o saneamento é sinónimo de qualidade de vida e uma necessidade urgente, especialmente em zonas densamente povoadas, onde é preciso ter em atenção estas situações. Terminando, referiu que por todos os motivos apresentados, entendem, por bem, manter a taxa nos dez por cento, porque mesmo essa, corresponde a muito pouco dinheiro, alegando que o IRC tem vindo a ser reduzido e que acaba, de forma indirecta, por fazer diminuir as próprias receitas da derrama.-----

----- Concluída a apresentação do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenções para este segundo ponto da ordem do dia, tendo passado a palavra ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir que os elementos do Grupo Municipal do PS têm uma posição diferente da do Senhor Presidente da Câmara, a qual foi manifestada pelo Vereadores do PS na reunião de Câmara em que foi discutido o assunto, sendo que se trata de uma posição negativa e crítica sobre a actuação da Câmara Municipal, que tem falhado na atracção das empresas para o nosso concelho. Falando das razões que estariam na origem dessa falha, mencionou a possibilidade do actual PDM, que foi aprovado pela maioria PSD, estar desadequado, como o próprio Presidente da Câmara reconhece, do facto de não conseguir fazer passar o novo PDM, há nove anos a esta parte, ou da existência de uma taxa de ocupação dos parques industriais do concelho tão baixa, situação que não se verifica em concelhos limítrofes, e que se traduz numa falha, por parte da Câmara Municipal, na atracção das empresas. Para terminar e, considerando, o Grupo Municipal do PS, deveras importante atrair empresas para o concelho, atraindo, também, dessa forma, mais jovens, o Senhor Deputado anunciou ao Senhor Presidente da Assembleia que o seu grupo iria apresentar uma proposta concreta ao Plenário, também já manifestada pelos Vereadores do PS em reunião de Câmara, para que a taxa de lançamento da Derrama seja de oito por cento, como sinal dado aos empresários de que podem encontrar, no Concelho, um ambiente mais favorável à sua actividade.-----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado João Morais que começou por referir que a CDU não concorda com os dez por cento nem com os oito por cento propostos pelo PS, porque para a CDU se a nova Lei das Autarquias Locais, que foi criada pelo actual Governo e que veio penalizar as Autarquias, tivesse sido mais favorável na disponibilização de verbas às mesmas, com certeza não seria necessário pedir dez por cento de derrama às empresas, as quais já lutam com bastantes dificuldades económicas, tendo principalmente em conta a concorrência dos vizinhos espanhóis. Desta forma, o Senhor Deputado concluiu, referindo que a proposta da CDU seria de seis por cento, mas como não têm



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

força para apresentar tal proposta, abstêm-se na votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou, então, a ler a proposta do Grupo Municipal do PS, que se encontra anexa ao livro de actas, dando, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado José Veloso, que começou por abordar a questão do PDM, referindo que a CCDR não é detentora da verdade nessa matéria e que todos são aprendizes relativamente à mesma, acrescentando que o PDM não é impeditivo de tudo, ainda que tenha os seus problemas. Referindo-se aos parques industriais, matéria também abordada na Assembleia, alega ter algumas reservas, em particular no caso de Portugal, que seja essa a principal fonte de desenvolvimento, até porque os Governos têm dado incentivos fabulosos para que as empresas se instalem em Portugal e, no entanto, tem-se verificado a sua saída, depois de terem contribuído para a poluição ambiental. Continuando, referiu que todos os Governos, assim como a Câmara, têm feito um grande esforço para cativar empresas, o que se traduz num esforço de um país inteiro, sendo entendimento do Grupo Municipal do PSD que a derrama é lançada sobre o lucro das empresas e não sobre a matéria, pelo que a sua taxa será apenas accionada sobre as empresas que tiverem lucro, o que deve constituir um motivo de orgulho para todos. O Senhor Deputado referiu, também, que este esforço solidário entre a Câmara Municipal e as empresas terá os seus resultados na medida em que o dinheiro desse imposto será afecto ao saneamento, uma infra-estrutura necessária. Para terminar, o Senhor Deputado referiu que o Grupo Municipal do PSD tem uma visão clara e positiva sobre esta contribuição, a derrama, nos moldes apresentados pela executivo autárquico.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu, então, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os devidos esclarecimentos na sequência das intervenções dos Senhores Deputados.-----

----- Respondendo ao Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o funcionamento da ETAR de Mogofores não é melhor nem pior. Explicou ser um tratamento biológico, que já nem se usa mas que ainda é o que melhor funciona, acrescentando que o que se passa é que há agressores, não identificados, que naturalmente desequilibram a ETAR, o que já aconteceu e a Câmara resolveu, assegurando que continuará atenta, até porque aquela ETAR não é para ficar, assim como a de Famalicão, a qual não tem trazido problemas mas que também será eliminada assim que esteja concluído o emissário da Malaposta.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o Senhor Deputado faz uma confusão tremenda entre derrama e PDM, quando uma coisa nada tenha a ver com outra. Esse engano, referiu, reside no facto de terem feito passar a ideia que a Câmara tem muitas zonas industriais, o que é um facto, mas as mesmas são de privados que não querem desenvolver, dado tratar-se de um património transmissível. Continuando, explicou que a Câmara teve de comprar terrenos e, do que comprou, já ocupou tudo, pelo que teve necessidade de alargar as suas áreas industriais, tendo apresentado esse propósito em sede de PDM, ainda que esteja a ser difícil pela



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

negligência por parte das entidades e não da Câmara. Respondeu, também, ao Senhor Deputado, em defesa dos princípios e da razão da Câmara, que a mesma não é ineficaz como alegou, o que pode é não ter o procedimento que o Senhor Deputado teria, afirmando que estão arquivadas na Câmara Municipal todas as pretensões apresentadas pelos Municípes sob a necessidade de espaço. Ainda que se fale em especulação imobiliária por parte do Presidente da Câmara, o que é facto é que esses documentos são reais e, numa altura que está em discussão a derrama, o Senhor Presidente referiu que, em sua opinião, o valor da taxa, qualquer que seja, é sempre demais, acrescentando, no entanto, que a Câmara precisa desse dinheiro. Falou, também, de que o Senhor Deputado, perante uma atitude de mera preocupação com os cofres e de uma insensibilidade para com o futuro dos jovens, como tem sido a do actual Governo, não terá argumentos para acusar o Município, que não altera as regras, de que leva muito dinheiro de derrama aos Municípes. Para terminar, referiu que não acredita que sejam os oito por cento propostos pelo PS que vão resolver os problemas dos empresários do concelho.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia referiu que a Mesa, de acordo com o estipulado no Regimento e na Lei, admitiu a proposta do Grupo Municipal do PS, e explicou que sendo uma proposta de alteração, a mesma será votada antes da proposta apresentada pela Câmara Municipal. Votada a proposta do Grupo Municipal do PS, que aponta para o lançamento da Derrama em oito por cento, a mesma foi rejeitada, com cinco votos a favor, duas abstenções e vinte e seis votos contra, tendo passado, de imediato, à votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor, duas abstenções e cinco votos contra.-----

----- Relativamente a esta votação, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira para fazer a seguinte declaração de voto oral: "Sabemos que a vida não está fácil para ninguém, e tenho o maior respeito por aqueles que trabalham e têm lucro. No entanto, dado que se destina ao saneamento, e eu fico com a esperança de que ele chegue a Avelãs de Cima, votei a favor".-----

----- Encerrado o segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu início ao terceiro ponto, dando, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a introdução do mesmo.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara apenas referiu que relativamente a este ponto gostaria de baixar os números, mas trata-se de uma imposição legal e uma vez que os mesmos já estão no mínimo, não pode baixar mais, pelo que se limitou a propor o documento à análise e aprovação dos membros da Assembleia.-----

----- Desta forma, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenções deste ponto, dando a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, que começou por referir que o Grupo Municipal do PSD entende que esta proposta do executivo camarário de manter no valor mais baixo a taxa do IMI vai de encontro às reais necessidades das populações do concelho, porquanto se trata de um imposto que atinge, de uma forma indiscriminada, todas as pessoas com bens patrimoniais, esquecendo que muitas vezes os detentores desses bens não possuem



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

capacidade económica para o pagamento de impostos. Por esta razão e, sabendo o quanto é difícil para muitas famílias suportar os aumentos desmesurados do imposto e reconhecendo que o acautelar de uma situação de maior dificuldade é um acto de exemplar gestão da coisa pública, o Senhor Deputado anunciou que o Grupo Municipal do PSD louva a atitude do executivo e votará favoravelmente a proposta apresentada.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado António Silva, que reforçou o que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente à imposição legal de se quedar pelos valores mínimos. No entanto, e fazendo um termo de comparação com a posição do Grupo Municipal do PS relativamente à derrama, o Senhor Deputado referiu que lamenta que até ao momento nunca esse grupo se tenha pronunciado quanto ao critério de avaliação dos prédios em sede de IMI. Acrescentando, referiu que se assim fosse, se a posição do Grupo do PS fosse similar e coerente como a que tiveram para com as taxas da derrama, neste caso, já teriam apresentado uma moção a esta Assembleia no sentido de que os critérios de avaliação passassem a ser locais e não nacionais. Para terminar, reiterou a ideia de que lamenta a dualidade de critérios que o Grupo Municipal do PS tem em função dos assuntos.-----

----- Na sequência das intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes, tendo o Senhor Presidente da Câmara referido que por se tratar de uma obrigação de todos os Municípios apresentar, em tempo útil, as taxas para que se proceda à cobrança do imposto em discussão, a Câmara Municipal está a cumprir com essa obrigação, aplicando, no entanto, a taxa mínima permitida por Lei.-----

----- Concluída a discussão da proposta constante do terceiro ponto da ordem do dia, a mesma foi votada, tendo sido aprovada, por unanimidade, com trinta e três votos a favor.-----

----- Dando início ao quarto ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que numa breve intervenção referiu que, relativamente a este ponto, só lhe resta congratular-se por a Câmara ter, finalmente, conseguido uma obra que há tanto era desejada. Numa pequena descrição, explicou que a mesma contempla uma nova ponte em Canha e uma rotunda na actual EN1/IC2 e que, como não é à Câmara Municipal que compete declarar o interesse público municipal da obra, o executivo tomou a decisão de propor à Assembleia o reconhecimento desse interesse e a consequente emissão de declaração, porque só com essa declaração a obra poderá avançar e serão criadas as condições para colocar um ponto final a um problema rodoviário existente no concelho.-----

----- Feita a introdução do ponto, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho, cuja intervenção se limitou a congratular-se, em nome do Grupo Municipal do PS, com esta decisão e a perguntar ao Senhor Presidente da Câmara qual a data prevista para início dos trabalhos.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos que começou por elogiar o trabalho e o empenho do Senhor Presidente da Câmara relativamente a este assunto, lembrando que o mesmo se recusou a estar presente na inauguração do primeiro troço da variante à EN235 – Oliveira do Bairro/Sangalhos, por considerar uma perfeita aberração o facto do mesmo terminar na estrangulação provocada pela ponte do rio Cértima, a escassos metros da ligação à EN1. Continuando, referiu que após as promessas de circunstância, poucos eram os que acreditavam que esta obra fosse lançada ainda por este Governo, mas ela vai acontecer, acrescida de mais uma rotunda, que traduz menos um factor de estrangulamento rodoviário, fruto da tenacidade do Senhor Presidente da Câmara, que mais uma vez não desistiu dos seus propósitos em favor das populações do Concelho. Terminando, referiu que não queria deixar de dizer que o projecto foi iniciado no tempo de vigência do anterior Governo, tendo-lhe o actual, e bem, dado continuidade, e anunciar que o Grupo Municipal do PSD louva a atitude do Executivo, pela tenacidade da procura desta solução, pelo que votará favoravelmente a proposta apresentada.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado João Morais que começou por se congratular e felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela forma como lutou pela construção da nova ponte. Referiu que o Grupo Municipal da CDU concorda com esta proposta, pelo que irá votar a favor, lamentando, no entanto, que venha um pouco tarde, na medida em que consideram que custaria menos ao erário público se tivesse sido realizada aquando da construção da variante à EN235. Para terminar, deixa uma sugestão para que a Autarquia e os quadros técnicos das “Estradas de Portugal” acautelem as condições de segurança com vista à circulação rodoviária na antiga ponte, tendo em conta que as obras terão início no período de inverno.-----

----- Concluídas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os necessários esclarecimentos. Numa breve intervenção, o Senhor Presidente da Câmara demonstrou a sua satisfação para com a realização desta obra, esclarecendo que os trabalhos deverão ter início em Setembro, segundo informação que recolheu, pelo que o seu *terminus* estará, em princípio, previsto para o próximo ano. Referiu tratar-se de um projecto magnífico, com alternativas à rotunda e o qual, pela sua funcionalidade, fará desaparecer todos os pontos de conflito existentes no trânsito. Para terminar, destacou o facto de todos estarem de parabéns, a Câmara, o anterior Governo, quem, na altura, prometeu e assumiu que a obra seria concretizada, e deixou uma nota de agradecimento ao Poder Central pela resolução que finalmente vai dar a um problema de trânsito gravíssimo existente no Concelho de Anadia.-----

----- Foi, ainda, dada a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, apenas para solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que na futura rotunda seja colocada uma placa indicativa de Avelãs de Caminho – Sentido Norte, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que lhe fica bem defender os interesses da sua



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia, informando o Senhor Deputado de que poderá fazer chegar a sua petição às Estradas de Portugal.-----

----- Concluído o período de discussão do quarto ponto da ordem do dia, a proposta constante do mesmo foi votada, tendo sido aprovada por unanimidade, com trinta e dois votos a favor.----

----- Na sequência das votações, o Senhor Presidente da Assembleia informou que foi apresentada à Mesa uma proposta do Grupo Municipal do PSD para aprovação em minuta dos pontos dois, três e quatro da ordem do dia, a qual foi votada e aprovada por unanimidade, com trinta e dois votos a favor.-----

----- Finda a última votação, o Senhor Presidente da Assembleia deu por terminado o ponto quatro, bem como o período da ordem do dia, abrindo, de imediato, o período de intervenção do público, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção por parte do público presente.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e, declarou encerrada a sessão, quando eram cerca de dezanove horas e vinte minutos, da qual, para contar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -
